



Uma leitura desde a diáspora sobre historiografia africana independentista: a década de 1950, os casos de K. O. Dike e C. A. Diop*

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito

Universidade Federal de Goiás

meesbali@gmail.com

Resumo:

Trata-se de estudo sobre a historiografia acadêmica africana (feita por africanos), enfocando as obras: *Trade and Politics* (1956), de Kenneth Onwuka Dike e *L'Afrique Noire Précoloniale* (1960), de Cheikh Anta Diop. Produzidas no período de esplendor dos movimentos independentistas, essa historiografia emergente se inscreve nos interstícios da disciplina da história colonial/imperial, ao mesmo tempo em que se beneficia das culturas históricas africanas locais e negro-atlânticas. Nesse sentido, se questionou a especificidade dessa historiografia nos diferentes contextos de sua produção, a saber, o metropolitano (londrino e parisiense) e o colonial (da Nigéria e da África Ocidental Francesa). Por fim, para que pudéssemos reconstruir e problematizar esse momento decisivo do desenvolvimento da historiografia africana, foi determinante um olhar sobre a trajetória sócio-espacial dos mencionados historiadores, bem como tomar conhecimento de uma bibliografia brasileira atinente a temática. **Palavras-Chave:** historiografia, África Ocidental, K. O. Dike, C. A. Diop.

Abstract:

This paper is a study of African academic historiography (written by Africans), with emphasis on the works: *Trade and Politics* (1956), by Kenneth Onwuka Dike and *L'Afrique Noire Précoloniale* (1960), by Cheikh Anta Diop. Produced in the period of splendor of the independence movements, that emergent historiography is inscribed in the interstices of the discipline of colonial/imperial history, while at the same time benefiting from local African and black Atlantic historical cultures. In this sense, the specificity of that historiography was problematized in different contexts of its production, namely the metropolitan (of London and Paris) and colonial (of Nigeria and French West Africa). Finally, in order to reconstruct and problematize that turning point moment in the development of African historiography, it was decisive, for us, to look at the socio-spatial trajectory of the historians mentioned above, as well as to become aware of a “Brazilian” literature on the subject.

Key-words: historiography, West Africa, K. O. Dike, C. A. Diop.

*Este artigo origina-se da dissertação de mestrado, de maneira a incorporar, também, pesquisas e leituras recentes. Veja: BRITO, M. E. E. S. *Por uma descolonização da história: A historiografia africana da década de 1950*, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop. 2015. 78 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia.

PRIMEIRA PARTE

Congresso de Escritores e Artistas Negros¹

a) Alguns aspectos sobre a materialidade das fontes

O exame da historiografia acadêmica africana em sua fase inicial requer preliminarmente a genealogia das obras legadas pela tradição como as que primeiro

¹Participantes do primeiro Congresso de Escritores e Artistas Negros que ocorreu em Paris, no anfiteatro Descartes da Sorbonne, no período de 19 a 22 de setembro de 1956. Da esquerda para a direita e de baixo para cima: B. Enwonwu (Nigéria), J. Rabemanjara (Madagascar), E. Saint-Lot (Haiti), A. Diop (Senegal), C. Perez [Sra Price-Mars] (Haiti?), J. Price-Mars (Haiti), P. Hazoumé (Daomé, atual Benin), L. Senghor (Senegal), J. Alexis (Haiti), G. Lamming (Barbados), E. Andriantsilaniarivo (Madagascar); [segunda fileira] N. I., N. I., R. Desprestre (Haiti), A. Césaire, N. I*, N. I., N. I., N. I., N. I., N. I.; [terceira fileira] A. Hampaté Bâ (Sudão Francês, atual Mali), F. Fanon (Martinica), B. Hama (Níger), L. Achille (Martinica), E. Glissant (Martinica), A. Mangonès (Haiti), C. A. Diop (Senegal), M. Dos Santos (Moçambique), R. Wright (Estados Unidos), H. M. Bond (Estados Unidos), J. A. Davis (Estados Unidos), N. I.; [Mais ao fundo] A. Seck (Senegal), T. Diop (Senegal), N.I., P. Joachim (Daomé, atual Benin), A. Wade (Senegal), M. P. de Andrade (Angola), N. I., N. I., N. I., N. I., J. P. de Andrade (Angola), N. I., W. Tibério (Brasil), F. Ranaivo (Madagascar), F. N. Agblemagnon (Togo), N. I., G. Bissainthe (Haiti), N. I., N. I., B. Dadié (Costa do Marfim). E ainda escritores e artistas não identificados (N. I.), mas que aí estão: G. Sekoto (África do Sul), P. Tchibamba (África Equatorial Francesa), P. Blackman (Barbados), P. T. Ekollo (Camarões), F. S. Kuo (Camarões), F. Oyono (Camarões), A. R. Bolamba (Congo Belga), W. Carbonel (Cuba), M. Cook (Estados Unidos), W. J. I. Fontaine (Estados Unidos), P. Mathieu (Guadalupe), M. de Rivel (Guadalupe), E. C. Paul (Haiti), R. Piquion (Haiti), C. Dover (Índia), M. James (Jamaica), J. Holness (Jamaica), M. Lasebikan (Nigéria), M. Dia (Senegal), D. O. Socé (Senegal), B. Touré (Senegal), D. Nicol (Serra Leoa). * Não Identificado. Disponível em, Portal UNESCO e Rádio França Internacional: <http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=34700&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>; <<http://www.rfi.fr>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

satisfizeram a conjunção: ser de história da África e escritas por historiadores universitários de origem africana.

Trade and politics in the Niger Delta 1830-1885: an introduction to the economic and political history of Nigeria (Comércio e Política no Delta do Niger 1830-1885: uma introdução à história política e econômica da Nigéria) e *L'Afrique noire précoloniale: étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique noire de l'Antiquité à la formation des Etats modernes* (A África negra pré-colonial: estudo comparado dos sistemas políticos e sociais da Europa e da África Negra da Antiguidade à formação dos Estados Modernos) são ambas obras derivadas de trabalhos acadêmicos desenvolvidos para obtenção de título de doutorado em História. De fato, na *King's College*, Kenneth Onwuka Dike defendeu sua tese intitulada *Trade and politics in the Niger Delta, 1830-1885*, sob a orientação de Vincent T. Harlow e Gerald S. Graham (dois importantes historiadores da *British Imperial History*), em julho de 1950, publicada, seis anos mais tarde, pela *Oxford University Press*². Essa editora, em seguida, publicará outros livros relevantes para, a primeira geração, do que depois será chamado de historiografia africana, particularmente a versão nigeriana que se constituirá na Escola de Ibadã, nomeadamente, *The Egba and Their Neighbours* (*Os Egba e seus vizinhos*), de Saburi Oladeni Biobaku (1918–2001) e *Christiam Mission* (*Missão Cristã*), de Jacob Festus Adeniyi Ajayi (1929-2014).

Na Universidade Paris-Sobornne, defendia-se, em janeiro de 1960, a tese *Étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique noire de l'Antiquité à la formation des Etats modernes*, sob a orientação de André Leroi-Gourhan e Doyen André Aymard, publicada no mesmo ano, pela editora *Presence Africaine*³, na qual também foram publicadas *Nations Nègres et Culture* (1955) e *L'unité culturelle de l'Afrique Noire* (1959), do mesmo autor, e ainda, *La Compagnie du Sénégal* (1958), de Abdoulaye Ly (1919-2013), *Sundjata ou l'épopée Mandigue* (1960), de Tamsir Niane (1932-): todos autores pioneiros do que posteriormente ficou conhecida como a corrente histórica da Escola de Dacar.

Na rede mundial de computadores, nas páginas eletrônicas da *Senate House Libraries* e *Système Universitaire de Documentation*, nas quais se pode encontrar catalogadas as teses de Dike e Cheikh Anta, estas foram inventariadas com as seguintes entradas: *English History – Overseas Relations* e *Histoire d'Europe, politique et gouvernement et Histoire d'Afrique, Politique et gouvernement*. Confrontando tal indexação com a evolução do título de cada

²Trabalhamos com a reimpressão corrigida de 1966.

³A edição utilizada, por nós, foi a de 1987 e a tradução feita por Harold J. Salemson para a língua inglesa publicada nos Estados Unidos do mesmo ano.

trabalho, do contexto acadêmico para uma audiência mais ampla não especializada, pode-se perceber que conteúdos idênticos foram designados por “história ultramarina inglesa” e depois “uma introdução a história da Nigéria moderna” ou ainda “história da Europa e da África negra” e em seguida simplesmente “história da África negra pré-colonial”.

Essa ambivalência vai se dirimindo já para o final da década 1950, como pode ser verificado na recepção das obras, a partir dos seus respectivos resenhistas. Com efeito, na resenha publicada em *The Journal of Negro History* escrita por Mark Hanna Watkins (1956), ressalta-se a origem africana do autor ⁴ e se noticia que a obra de Dike é uma contribuição para o conhecimento de um território as vésperas de se converter em uma nação independente, frente ao desmoronamento do império britânico (p. 263). Para W. R. G. Horton (1956), em resenha para revista *Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, o livro *Trade and Politics* é apresentado como um marco na emancipação da historiografia nigeriana. A resenha de John Flint, para *The Journal of Economic History*, de 1959, sintetiza as visões anteriores sobre *Trade and Politics*, inscrevendo a obra em uma série de trabalhos de história escritos por africanos, mas que a todos supera por observar as técnicas ocidentais de pesquisa científica. Todavia, para Henri Brunschwig, em resenha para *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, de 1958, os britânicos são ainda protagonistas da obra de Dike, mesmo destacando o trabalho do historiador nigeriano com os arquivos locais, o qual seria uma vantagem devido sua origem africana ⁵. É revelador, que Brunschwig, em sua resenha, personalize os britânicos nomeando-os (Mac Gregor Laird, Beecroft, Baikie, Lord Russel) ao passo que os sujeitos históricos africanos são referenciados coletivamente (quer pelas localidades, Bênin, Brass, Bonny, New Calabar e Old Calabar, País Hauçá, quer por agrupamentos, classe de comerciantes, intermediários, plantadores indígenas, antigos escravos, tribos africanas). Nesse sentido, não se reconhece aí uma historiografia africana (o título da resenha é *Les Britanniques dans le delta du Niger*). À exceção desta última, na única resenha encontrada sobre *L'Afrique Noire Précoloniale*, escrita por Henri Moniot, para o *Cahiers d'études africaines*, de 1962 observa-se a mesma tendência das resenhas anteriores. No mesmo texto, Moniot analisa as obras *L'unité culturelle de l'Afrique Noire* e *Les fondements culturels, techniques et industriels d'un futur État fédéral d'Afrique Noire*, também de Cheikh Anta, e, igualmente, os livros: *Histoire des peuples de l'Afrique Noire*, de Robert

⁴“Dr. Dike, a Nigerian himself [...]” (WATKINS, 1956, p. 263).

⁵Brunschwig discorre: “Il prouve [...] que les Africains, formé aux méthodes critiques de l'Occident, peuvent, mieux que nos ethnographes et nos historiens les plus consciencieux, débrouiller les relations complexes entre les tribus africaines et entre les groupes sociaux qui les composent.”(1958, p. 600).

Cornevin e *Tableau géographique de l'Ouest africain au Moye Age d'après les sources écrites, la tradition et l'archéologie*, de Raymond Mauny. Aqui, diante de Cornevin e Mauny, Moniot não se isenta em afirmar que Cheikh Anta é um escritor negro (a marcação “autor branco” não aparece). Da mesma forma, não existe dúvida sobre as obras versarem sobre história africana.

Voltando ao contexto acadêmico, onde se encontra as raízes de *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précolonial*, é importante enfatizar que não existe uma relação, pelo menos no que é atinente a formação de seus autores, entre o desenvolvimento institucional dos Estudos Africanos (e história da África como disciplina aí integrada) e o advento dos primeiros historiadores universitários do Continente.

Assim, o *King's College* não era no período, em que Dike elaborava seu trabalho, um centro de estudos africanos em Londres, essa prerrogativa era da *School of Oriental and African Studies* (embora ambas estivessem subsumidas a mesma instituição, a Universidade de Londres). Pelo contrário, vê-se nesse estabelecimento a vanguarda da História Imperial da década 1950: tal é o caso dos já citados Harlow e Graham (os orientadores da tese de Dike) (LOUIS, 2007, p. 35 e 37). O mesmo pode ser dito a respeito da Sorbonne, que tem seu primeiro *Centre des Recherches Africaines* em 1962 (KAPTEIJNS, 1977, p. 18). Ademais, André Leroi-Gourhan é reconhecidamente um historiador da pré-história e Doyen André Aymard, um historiador da Antiguidade Clássica. Em suma, nem as instituições, nem os orientadores da pesquisa doutoral dos dois historiadores analisados são africanistas.

Corroborar com essa conclusão os testemunhos dos historiadores africanos sobre esse momento. Joseph Ki-Zerbo (1922-2016) que estudou na Sorbonne de 1949 a 1953 e no *Institut d'Études Politiques*, de 1953 a 1955, relata que:

[...] na universidade, fiz todos os meus estudos sem uma referência à história da África, salvo de modo superficial, em relação à história européia, para assinalar o papel da África durante o tráfico dos negros, por exemplo. Posso citar-lhe ainda os assuntos do doutoramento [agrégation]: “Florença no século XV”, “A Alemanha de Weimar” [...]. (KI-ZERBO, 2006, p. 14).

Ajayi que permaneceu na Grã-Bretanha de 1952 a 1958, primeiro na Universidade de Leicester e depois na *King's College* também relembra o currículo das instituições por onde passou:

Bom, eu, claro, só fiz os cursos regulares que estavam disponíveis na Grã-Bretanha naqueles dias, isto é a história da Inglaterra e história da Europa e a história da

Commonwealth; quase nada sobre a história da África, que na realidade não existia, nesses dias, como uma disciplina acadêmica (TRADUÇÃO NOSSA)⁶.

É bom destacar que a década 1950 é um período de transição: o próprio Ajayi em seguida afirma que em Londres se começava uma agitação em torno de se fundamentar uma metodologia para a abordagem da história da África (propriamente dita e não a história de europeus, árabes ou mesmo “hamitas” na África). Essa tendência, não se limitou a Londres e mobilizou também pesquisadores não africanos, como Jean Vansina e Philip Curtin (em Winsconsin), John Fage e Roland Olivier (em Birmingham e na *School of Oriental and African Studies*) e Catherine Coquery (em Paris VII) (veja: BARRY, 2000, p. 35).

Em todo caso, descolar os primeiros historiadores africanos do desenvolvimento institucional do africanismo europeu a época, é olhar na direção de outros fatores para explicar o surgimento da historiografia feita estes sujeitos, fatores esses extra-acadêmicos. É o que pretendemos fazer na seção seguinte.

b) Da universidade para a diversidade das redes políticas da diáspora e do continente

Dike em um verbete escrito conjuntamente com Ajayi para a *International Encyclopedia of Social Sciences* de 1968 apresenta o seguinte cenário para o aparecimento do que eles relatam ser a “nova historiografia africana”:

O impulso a uma nova historiografia africana veio com o movimento em direção a independência, que se acelerou na África durante e imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial. Este movimento nacionalista rechaçou firmemente a avaliação europeia do passado africano e exigiu uma nova orientação e a melhora das instalações escolares para produzir essa reavaliação. Com a criação de novas universidades na África, era inevitável que o ensinamento da história e a formação de historiadores africanos receberiam uma atenção especial. A princípio as velhas teorias se mantiveram: além da história da Europa houve cursos somente em “Atividades europeias na África” e alguma pesquisa de pós-graduação sobre a política britânica ou francesa a propósito de tal ou qual território em tal e tal período. Ao final dos anos de 1940, não obstante, as pesquisas científicas realizadas por estudantes africanos insistiam que uma história da África deveria ser a história dos africanos e não dos europeus na África, que os registros locais e tradições históricas deveriam ser utilizados para complementar os arquivos europeus metropolitanos, em uma palavra, a tradição oral deveria ser aceita como material válido para a investigação histórica. Esta nova abordagem produziu obras como *Trade and Politics in the Niger Delta* (Dike 1956) e *The Egba and Their Neighbours* (Biobaku 1957) (TRADUÇÃO NOSSA)⁷.

⁶“Well, I just of course, did the regular courses that were available in Britain in those days, that is English history and European history, and Commonwealth history; hardly anything about African history, which didn't really exist in those days as an academic discipline.” (AJAYI, [198?], p. 114).

⁷The impulse toward a new African historiography came with the movement toward independence, which gathered pace in Africa during and immediately after World War II. This nationalist movement firmly rejected the European appraisal of the African past and demanded a new orientation and improved educational facilities to produce this reappraisal. With the establishment of new universities in Africa, it was inevitable that the teaching of history and the training of African historians would receive special attention. The old theories were

A causa política (o movimento independentista), também é assinalada por Cheikh Anta em retrospectiva sobre seu trabalho na década de 1970: “Comecei minha pesquisa em setembro de 1946: por causa da nossa situação colonial à época, o problema político dominou todos os outros”. (TRADUÇÃO NOSSA)⁸. Diante disso, existe um consenso, na memória produzida pelos historiadores que participaram desse momento histórico, em assinalar que a historiografia africana surge de uma demanda não acadêmica, mas política. Não era o caso (pelo menos exclusivamente) de preencher uma lacuna no conhecimento historiográfico ocidental, mas suprir uma carência de sujeitos políticos que naquele momento planejavam a autonomia de seus países. Passaremos, agora, a elucidar essa dinâmica, em que a cultura política encontra-se com um desejo de conhecimento histórico.

c) A elite emigrada e suas organizações

Toyin Falola (2011) e Lidwien Kapteijns (1977) nos apresentam pistas sobre o porquê desse movimento pela independência ter assumido a história como bandeira. Do lado anglófono, a emergência da historiografia africana contemporânea, inscreve-se nas demandas pan-africanistas e em manifestações culturais como a *Harlem Renaissance* de 1930. O celebre W. E. B. Du Bois (EUA), como muitos outros escritores afro-estadunidenses, justificava a necessidade da história da África vinculada à noção de libertação da dominação racial branca, relata Falola⁹. Do lado francófono, um dos impulsos para a história deve-se a *Négritude* e sua apologia ao valor, singularidade e superioridade da cultura africana, e, principalmente, sua convocação para a redescoberta das tradições do continente – nas palavras de Alioune Diop (Senegal): “Negritude não é outra coisa senão a genialidade negra em conjunto com o desejo de revelar aí a dignidade” (TRADUÇÃO NOSSA)¹⁰.

maintained at first: besides European history, there were courses only on "European Activities in Africa" and some postgraduate research on British or French policy toward this or that territory at such and such a period. By the late 1940s, however, African research students were insisting that African history must be the history of Africans and not of Europeans in Africa, that local records and historical traditions must be used to supplement European metropolitan archives — in short, oral tradition must be accepted as valid material for historical research. This new approach produced works like *Trade and Politics in the Niger Delta* (Dike 1956) and *The Egba and Their Neighbours* (Biobaku 1957) (DIKE, AJAYI, 1968, p.398).

⁸“I began my research in September 1946; because of our colonial situation at that time, the political problem dominated all others”. (DIOP, 1974, p. xii.).

⁹“[...] the need for African history tied to the notion of racial liberation from White domination.” (FALOLA, 2011, p. 399).

¹⁰“Négritude n'est autre que le génie noir et en même temps la volonté d'en révéler la dignité” (KAPTEIJNS, op. cit., p. 13).

A partir da década de 1940, teve lugar uma vaga de estudantes africanos que afluíram as instituições universitárias das capitais imperiais (em decorrência, dentre outros fatores, da política de concessão de bolsas de estudos); como, também, há a passagem por essas capitais de importantes lideranças políticas do Continente, nomeadamente, Nnamdi Azikiwe (Nigéria), Kwame Nkrumah (Gana), Léopold Sédar Senghor (Senegal), Lamine Guèye (Senegal), Houphouët-Boigny (Costa do Marfim) (Veja: MAZRUI, AJAYI, BOAHEN, TSHIHANGU, 2010, p. 772).

Isso enseja o aparecimento de uma *intelligentsia emigrada*¹¹, que por sua vez se articulou a partir de determinadas instituições e eventos. Como é o caso do NCNC (*National Council for Nigeria and the Cameroons*) de 1944 e que tem entre seus fundadores o citado Azikiwe e do RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*), criado em 1946, em congresso presidido por Houphouët-Boigny; as associações estudantis como a *West African Students Union* (WASU)¹² cujos antecedentes remontam a década de 1920 em Londres e a *Fédération des Etudiants d'Afrique Noire en France* (FEANF) fundada em 1950 em Paris. Destaca-se ainda, a Sociedade Africana de Cultura (SAC), com a revista e editora *Présence Africaine* fundadas por Alioune Diop em 1947. Essa Sociedade organizou os famosos Congressos de Escritores e Artistas Negros, de Paris em 1956 e de Roma em 1959. Outro evento decisivo dessa época de ebulição política é a Vª Conferência Pan-Africana em Manchester em 1945: foi a partir deste congresso, cujas origens remontam a 1919 (Paris) e no qual estavam reunidos Obafemi Awolowo (Nigéria), Hástings Banda (Malawi), Jomo Kenyatta (Quênia) e o já citado Nkrumah, que houve uma guinada continental e anti-imperialista na agenda da “corrente principal do pensamento pan-africano” (MAZRUI; SHARAKIYA, 1996, p. 546).

Pode-se perceber, nessa breve exposição, que, no contexto do entre-guerras ao pós Segunda Guerra Mundial, se propagaram organizações políticas e culturais de base geográficas *inter-coloniais*¹³ e internacionalistas, geralmente, baseadas na solidariedade racial. Esse último aspecto traz consigo o encontro da(s) *história(s) da Middle Passage, das plantations, da escravidão e das fugas de escravos* (para parafrasear MIGNOLO, 2000) e as histórias dos impérios e reinos da África Ocidental. Antes de desvelar alguns aspectos das circunstâncias do encontro entre a cultura histórica da diáspora e do continente, cabe matizar

¹¹Conhecemos esse termo por intermédio de Elikia M'Bokolo (2011, p. 588): refere-se à elite de africanos colonizados que se forma na convivência na metrópole.

¹²Sabe-se que Dike esteve envolvido com a WASU quando estudava em Londres e que era muito requisitado em decorrência do seu vasto conhecimento em história africana (NWAUWA, 2010, p. 10).

¹³Pois, agregavam interesses de diferentes territórios coloniais, em contraposição, as organizações de base regional ou étnica (veja: M'Bokolo, 2011, p. 603-604).

os espaços londrino e parisiense no âmbito da cultura política negro-africana: os *colonials*¹⁴ não configuraram uma *intelligentsia* emigrada na década de 1950, suas bases políticas nesse momento já se encontravam interiorizadas (isto é nas próprias colônias) (Veja: M'BOKOLO, 2011, p. 592-593). Enquanto os *citoyens*¹⁵, por seu turno, atingiram o apogeu justamente nesta época. O período de permanência de Dike (1944 a 1950) e de Cheikh Anta (1946 a 1960) respectivamente em Londres e Paris coincide com o avanço da *intelligentsia* emigrada africana nessas duas capitais.

c) O *rendez-vous* entre a(s) cultura(s) história(s) da Diáspora e do Continente

Cheikh Anta informa que foi eleito secretário geral da seção estudantil da RDA para os anos de 1950 a 1953, e foi lá, em um órgão dessa instituição, *Voie de l'Afrique Noire*, que publicou um resumo de *Nation Nègres* (p. xii). As teses desse livro foram apresentadas no Congresso de Escritores e Artistas Negros em Paris. Um dos participantes desse evento, James Baldwin, faz este comentário, em ensaio de 1961, sobre tal apresentação:

A seção da noite começou com um filme, o qual perdi, e foi seguida por um discurso de Cheikh Anta Diop, que, em resumo, postulou o Antigo Império Egípcio como parte do passado Negro. Só posso dizer que esta questão nunca ocupou muito meu espírito, tampouco isso mudou naqueles vinte minutos, e mesmo podendo ser suas alegações a propósito da deliberada desonestidade de todos os eruditos egípcios (sic), bem fundadas pelo que sei, não posso dizer que me convenceu (TRADUÇÃO NOSSA).¹⁶

Esse relato apático que o escritor americano traça da palestra de Cheikh Anta é acompanhada da seguinte ressalva: “No entanto, ele foi um grande sucesso entre os participantes, em verdade, seguido de perto apenas pelo sucesso de Aimé Césaire”¹⁷. O próprio Césaire proclamou em 1955 sobre *Nation Nègre* ser a obra: “mais audaciosa que um negro escreveu até hoje” (CÉSAIRE, 1978, p. 41-42).

Essas opiniões contrastantes em torno das ideias encontradas no citado livro de Cheikh Anta podem ser explicadas pelo fascínio que o Egito Antigo exerceu sobre os grandes

¹⁴Essa palavra designa os súditos não brancos do Império Britânico (APPIAH, 1997, 24).

¹⁵Direito que desde 1946 deixou de ser restringido aos originários das quatro comunas (BARRY, 2000, p. 20).

¹⁶“The evening session began with a film, which I missed, and was followed by a speech from Cheikh Anta Diop, which, in sum, claimed the ancient Egyptian empire as part of the Negro past. I can only say that this question has never greatly exercised my mind, nor did quite refused to remain within the twenty-minute limit, and while his claims of the deliberate dishonesty of all Egyptian scholars [sic] may be quite well founded for all I know, I cannot say that he convinced me” (BALDWIN, James. Nobody knows my name. 1961, p.46. Apud SPADY, 1989, p. 90).

¹⁷“He was, however, a great success in the hall, second only, in fact, to Aimé Césaire” (Idem).

ícones da cultura política negra desde o século XIX. Paul Gilroy (2001) noticia que o Egito tornou-se uma espécie de Meca para onde esses peregrinavam. Tal é o caso de Edward Wilmot Blyden em 1866 e Frederick Douglass em 1880 (GILROY, 2001, p. 134 e 389). O primeiro, em seu relato de viagem, resume o sentimento que orientava essa tendência:

Eu senti que possuía uma estranha “herança na Grande Pirâmide” - construída antes que as tribos humanas se houvessem espalhado tão generalizadamente e, portanto, antes que tivessem adquirido suas diferentes características geográficas, mas construída por aquele ramo dos descendentes de Noé, os filhos empreendedores de Ham, dos quais eu descendia. O sangue parecia fluir mais rápido por minhas veias. Era como se eu ouvisse o eco daqueles africanos ilustres. Eu parecia sentir o impulso daqueles personagens instigantes que enviaram a civilização para a Grécia – os mestres dos pais da poesia, história e matemática – Homero, Heródoto e Euclides... Eu me sentia alçado para fora da grandeza corriqueira dos tempos modernos... (BLYDEN, 1873, p. 112, apud GILROY, 2001, p. 389).

A tese da anterioridade e africanidade do Egito Antigo não era uma novidade no Atlântico negro. Gilroy (2001) vê aí uma “obsessão com o mito e a origem”, uma tentativa de se desvencilhar das lembranças da escravidão: “A história das fazendas e usinas de açúcar supostamente oferece pouca coisa de valor quando comparada às concepções elaboradas da antiguidade africana contra as quais são desfavoravelmente comparadas” (GILROY, 2001, p. 355). Em virtude disso, a identificação com o povo eleito da narrativa do Livro do Êxodo do Velho Testamento, a qual Marcus Garvey e, posteriormente, Martin Luther King se apropriaram para alicerçar sua própria autoridade, encontrava nessa busca por uma ancestralidade gloriosa e pungente sua rival “na base moral da cultura política do Atlântico negro” (GILROY, 2001, p. 386).

Se de um lado, existe uma tensão entre a(s) *história(s) da Middle Passage, das plantations, da escravatura e das fugas de escravos* e as histórias dos impérios e reinos da África Ocidental (subsumidos ao Egito Antigo), como assinala Gilroy. Por outro, essa relação pode ser cooperativa como para a reconstrução da experiência negra no Atlântico. Nesse sentido, na Inglaterra, além de historiadores africanos (como Dike, Biobaku e Ajayi) abrigou-se historiadores da diáspora, como Eric Williams e C. L. R. James. Eric Williams, em 1938, se tornou o primeiro estudante das Índias Ocidentais a se doutorar em História, em Oxford, sua tese posteriormente veio a ser o famoso livro *Capitalismo e Escravidão*, publicado originalmente em 1944, e seu ex-professor em Trinidad e Tobago, não menos conhecido, Cyril Lionel Robert James, escreveu a obra-prima *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, de 1938 (LOUIS, 2007, p. 23). Dike tem em comum com Eric Williams, o orientador, Harlow (LOUIS, 2007, p. 136). Du Bois, James e Williams aparecem nas notas de rodapé de *Trade and Politics*, no qual há uma adesão da tese deste último: a

história atlântica relacionada ao movimento abolicionista é reinserida na história dos estados do delta do Níger e das *hinterlands*, não apenas por seu viés humanitarista, mas por sua dimensão econômica. Desse modo, a partir desse grupo, poderíamos pensar em uma história da historiografia, não mais africana, ou mesmo afro-estadunidense ou afro-trinitina, senão em uma historiografia afro-atlântica.

Esse espaço privilegiado que a história ocupou no imaginário das elites negro-africanas, desde cedo encontrou resistências. Fanon pensava se tratar de uma evasão do tempo presente:

Inconscientemente talvez os intelectuais colonizados, não podendo enamorar-se da história atual de seu povo oprimido, não podendo admirar sua presente barbárie, deliberaram ir mais longe, mais fundo, e foi com alegria excepcional que descobriram que o passado não era de vergonha, mas de dignidade, de glória e de solenidade. (1979, p. 126-127).

Pelo que vimos até agora, o comentário de Fanon não se aplica aos nossos historiadores. É justamente por estarem imiscuídos na *história atual de seu povo* é que esses *homens de cultura* mobilizam o passado. Isso implica, não só em uma reação as assunções hegelianas sobre a historicidade da África Negra, senão intervir em questões mais específicas e concretas da época como o *self-government* africano, no caso de *Trade and Politics* e a *assimilation* como política do estado colonial francês, no caso de *L'Afrique noire précolonial* (Veja: NWAUWA, 2010, p. 3; DIOUF; MBODJ, 1992, p. 121).

d) A produção historiográfica independentista e a oposição a historiografia imperial

Verificamos três momentos na produção historiográfica da nova historiografia africana de Dike e Cheikh Anta que podem ser avaliados como uma novidade ou uma alteridade ao que até então era feito, são eles: i) os temas de interesse e as fontes utilizadas; ii) a forma de explicação histórica e iii) a função da história.

– Os insiders

Como vimos, para os resenhistas¹⁸ era importante interar os leitores de suas respectivas revistas sobre a origem dos autores das obras resenhadas: ora como nigeriano (WATKINS, 1956), ora como oeste-africano (FLINT, 1959), ora como africano

¹⁸ WATKINS, 1956; HORTON, 1956; FLINT, 1959; BRUNSCHWIG, 1958; MONIOT, 1962.

(BRUNSCHWG, 1958) ou ainda negro (MONIOT, 1962). Alguns associaram essa proveniência ao trabalho com as fontes nativas ou locais (WATKINS, 1956, p. 263; HORTON, 1956, p. 111). Outros, a uma vantagem de cunho heurístico (FLINT, 1959; BRUNSCHWG, 1958). Sobre esta vantagem, Flint é o único a identificá-la com a cultura local. Ele escreve: “[eles] estão trazendo para a História da África intuição e entendimento da sua própria cultura”¹⁹ (TRADUÇÃO NOSSA). Como podemos interpretar a afirmação de Flint?

Dike no prefácio de sua obra é categórico:

Este trabalho não se ocupa, em geral, de temas como a supressão do tráfico negreiro, o trabalho da Marinha ou as personalidades e políticas das diferentes Secretarias de assuntos externos e coloniais. O propósito britânico é tratado à medida em que contribui para explicar eventos na África Ocidental²⁰. (TRADUÇÃO NOSSA).

Aqui se estabelece um interesse temático africano ocidental, que como pode ser observado é contrastante com os interesses temáticos do Império Britânico. O que ocorre também com os objetivos planejados para pesquisa. Isso é acompanhado de uma africanização das fontes nativas e estrangeiras. Por exemplo, as perguntas que Dike imprime aos relatos de viagem do século XIX, são para identificar as características dos estados do Delta, de modo a depurar na resposta encontrada os preconceitos raciais da época. Para Cheikh Anta é importante alertar que os autores de suas fontes básicas, *Tarikh es-Soudan* e *Tarikh el-Fettach*, respectivamente Kâti Mahmoud e Sâdi Abderrahman eram negros. Mas, o aspecto de maior importância talvez, seja a passagem do trabalho no gabinete para o trabalho em campo. A acessibilidade social e linguística dos historiadores africanos permitiram investigações com fontes orais sem precedentes. Nas seções mais adiante procuraremos analisar como a ideia de *insider* pode ser aplicada as obra e trajetória dos historiadores investigados.

– O internalismo

Primeiramente, examinamos a oposição *insider/outsider* entre a historiografia imperial e a historiografia africana, oposição esta que se dá no contexto da descoberta, agora, destacamos uma continuidade opositiva no tocante ao contexto da justificativa. Essa

¹⁹ “[they] are bringing to African history insight and understanding from their own culture” (p. 440)

²⁰ This work is not, in the main, concerned with topics such as the suppression of the slave trade, the work of the Navy, or with the personalities and policies of the various Foreign and Colonial Secretaries. The British end is dealt with only in so far as it helps to explain events in West Africa. (DIKE, 1966, p. V).

continuidade se deixa analisar nos seguintes pares de postos: internalismo/externalismo; globalismo/localismo.

Sobre o primeiro par de opostos é importante que se distinga “ponto de vista africano” de “perspectiva africana”. Isso porque o que está em jogo não é mais o valor da trajetória do historiador na produção da pesquisa, mas a organização da narrativa histórica.

Dito isto, Carlos Lopes (1995) em um artigo intitulado “A Pirâmide Invertida: Historiografia africana feita *por africanos*”²¹ (grifo nosso) apresenta três grandes historicidades dominantes ao longo da história da historiografia sobre a África, a saber, a inferioridade africana, a superioridade africana e as historicidades complexas. Essas correspondem a três períodos históricos: da instalação do comércio transatlântico até a descolonização da África (inferioridade africana); da descolonização até o fim da Guerra Fria (superioridade africana) e desde o fim da Guerra Fria (historicidades complexas). É claro que existem subdivisões nas quais nuances podem ser notadas no interior desses grandes períodos. Desde o citado artigo podemos estabelecer as seguintes: a) a partir do último quartel do século XIX (no qual teve lugar a colonização formal da África por parte dos europeus), começa a existir uma maior sistematização do africanismo; b) nos anos 1930 e, sobretudo nos anos 1940 até a década de 1960, com as primeiras gerações de intelectuais africanos formados em academias ocidentais, as lutas pela libertação nacional, e as subsequentes independências, no qual se desenvolve uma reforma da historiografia da África; c) daí até o fim da Guerra Fria, período em que muitos desses intelectuais começam a ocupar cargos públicos nos novos estados africanos, tem-se as gerações de intelectuais formados nas universidades locais e se inicia as “escolas de nacionalismo histórico” e “as correntes de pessimismo radical” (LOPES, 1995, p. 8).

Seja como for, todas essas subdivisões que expressam a preocupação de Lopes a propósito das intersecções da história da historiografia com domínio político, não foram suficientes para gerar outras historicidades tão significativas quanto as três apresentadas no começo do parágrafo anterior. “Historicidade”, nesse contexto, é às vezes intercambiado por “momento de interpretação histórica”, “escola de pensamento”, ou simplesmente “corrente”²². No entanto, isso não significa dizer, que o escopo desse conceito limita-se a história

²¹O conhecimento desse artigo veio da leitura da tese de Anderson Ribeiro Oliva (2007), “Lições sobre África” e um artigo de Selma Pantoja (s/d), “A historiografia africana”, ambos de fácil acesso pela internet.

²²“Historicidade”, aqui, está relacionado ao conceito de regime de historicidade cunhado por François Hartog. A referência a Hartog decorre de um artigo, *An End and a Beginning*, publicado em 1994 que consta na bibliografia de Lopes (1995).

disciplinar, pode compreender também outras áreas. Para o caso africano, isso significa analisar o discurso dos seus primeiros historiadores acadêmicos na mesma série das “ideologias de alteridade” como “a negritude, personalidade negra e a filosofia africana, e outras...” (LOPES, 1995, p. 21). O que nos interessa aqui é a oposição que Lopes realiza entre a historicidade da inferioridade africana e da historicidade da superioridade africana (e por extensão, a oposição entre historiografia imperial e historiografia independentista).

A historicidade da inferioridade africana desenvolveu-se com a constituição do africanismo europeu. Caracterizou-se por: a) rejeitar a relevância do passado da África subsaariana anterior a presença europeia para a compreensão da evolução da humanidade como um todo; b) marginalizar as contribuições do continente em relação à história da formação da “economia-mundo” a partir da abertura do circuito atlântico e c) por pressupor a impossibilidade de criatividade ou originalidade artística e também intelectual entre povos africanos. Por isso, a historiografia que participa de tal historicidade tende a explicações exógenas sobre os processos históricos que pudessem vir a ter lugar em África. De acordo com Lopes (1995), a historicidade da inferioridade africana remonta ao século XV, quando do direito dado aos reis de Portugal (pelas bulas papais *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*) de “despojar e escravizar eternamente os maometanos, pagãos e povos pretos em geral” (LOPES, 1995, p. 22). Com a missão civilizadora e a dominação colonial no século XIX, houve a formalização da suposta alteridade indígena e a tendência de “dicotomizar a sociedade africana: tradicional versus moderno, oral versus escrito, direito consuetudinário versus administração, subsistência versus produtividade, segmentarismo versus centralismo”, ao passo que, a Etnologia se sobrepunha a disciplina da história (LOPES, 1995, p. 26). É em oposição a esse *status quo*, que surgirá a historicidade da corrente da pirâmide invertida ou da superioridade africana. Além de a) procurar argumentos favoráveis à superioridade africana em sua reconstrução do passado, essa corrente historiográfica b) postulava uma história de âmbito continental desde uma visão endógena e c) a recuperação da História como uma disciplina aplicável as sociedades africanas.

Em outras palavras, com Lopes, a instituição da historiografia africana é considerada como reivindicação da hegemonia da escrita da história da África no interior de um discurso anticolonial. Assim, pautada na prerrogativa de uma pretensa visão endógena e na investidura de parâmetros científicos, essa historiografia é compreendida como uma resposta ideológica à escola imperial. A dimensão ideológica dessa corrente é caracterizada por hipostasiar uma só identidade continental sustentada pela raça e por atrelar sua produção historiográfica ao

fornecimento de argumentos favoráveis à superioridade africana. Um exemplo marcante dessa historicidade é a prática de alçar figuras históricas locais a qualidade de heróis de todo o continente.

Muryatan Santana Barbosa (2012), em estudo detalhado sobre a HGA-UNESCO, relata que na história da produção da obra: a autoria (marcada pela predominância de africanos) e a perspectiva orientadora (caracterizada pelo internalismo) andaram juntas. No entanto, essa concomitância não significou uma identidade. É a partir desta constatação que podemos inscrever a distinção entre ponto de vista africano e perspectiva africana. Enquanto o ponto de vista africano pressupõe um “ser africano” (real ou imaginado) que é matéria e fiador da história narrada, a perspectiva africana é compreendida como uma escrita da história da África assegurada por um rigoroso controle teórico-metodológico (que independe de um sujeito histórico continental ou da origem do historiador).

A partir da análise dos oito volumes da HGA-UNESCO, Barbosa identificou quatro abordagens: o difusionismo intra-africano; o sujeito africano, o regionalismo, além de posições externalistas cuja explicação da história da África enfatiza fatores externos. As três primeiras formam o que Barbosa chama de “perspectiva africana”. O difusionismo intra-africano é “um tipo de internalismo” que “ênfatiza o caráter de difusão dos principais fatores explicativos para a história da África, para além do âmbito regional ou local” (BARBOSA, 2012, p. 55). Já a abordagem do sujeito africano é definida por “destacar a ação deste sujeito africano, da forma mais ampla possível” (BARBOSA, 2012 p. 94). Finalmente, tem-se o regionalismo, definido como um “tipo de internalismo em que os autores enfatizam análises holísticas de longa duração em âmbito local” (BARBOSA, 2012, p. 131). Deste modo, o internalismo apresentado por Barbosa consiste em: a) ênfase na relação de contiguidade (continental ou regional) entre o *explanans* e o *explanandum* e b) estratégia narrativa que põe em primeiro plano as ações do sujeito africano.

Barbosa considera que a perspectiva africana na HGA-UNESCO está entre:

[...] as possíveis alternativas contemporâneas ao paradigma eurocêntrico dentro das ciências em geral e da ciência histórica em particular. Neste contexto, ela se coloca como uma alternativa tanto ao relativismo, quanto ao positivismo dominantes na teoria social contemporânea. A final, a perspectiva africana é um híbrido, um perspectivismo científico. Ela parte de um pressuposto científico que envolve empiria, interdisciplinaridade e uma visão materialista e realista da História. Todavia, acredita que este ideal regulador deve ser guiado por um método internalista trazido por seu próprio objeto de estudo. Neste caso, a história da África (BARBOSA, 2012, p. 173).

A geração de historiadores africanos que ajudaram a escrever a HGA-UNESCO (dentre eles Cheikh Anta e Dike) está, agora, associada à superação do paradigma

eurocêntrico. Nesse sentido, enquanto Lopes enfoca a continuidade entre o que ele chama de historicidade da inferioridade africana e a historicidade da superioridade africana, Barbosa vê aí uma ruptura. Embora relevante, não entraremos nessa discussão.

Robin Winks (2007) relata em sua história da historiografia do império britânico um fenômeno a partir do fim da Segunda Guerra Mundial de especialização dessa disciplina, causado por sua expansão acadêmica e influencia de metodologias de outros campos do saber. Isso deu início a fragmentação da história do Império e da *Commonwealth* em estudos de área (*Area Studies*), mormente, sobre África e Ásia, que por sua vez, chega a rivalizar com sua disciplina matriz na década de 1960 (p. xiii-xiv). A especialidade regionalista da historiografia do império britânico encontra seus antecedentes na década de 1930, entre os historiadores da África do Sul e se expande em investigações sobre os territórios asiáticos, tendo como tema privilegiado os nacionalismos locais: todavia, tratava-se de uma linha menor no todo da disciplina. Na década de 1940, um momento de inflexão, embora isolado, o trabalho do já citado Eric Williams que abriu polêmica com *sir* Reginald Coupland, o *beit professor* de História Imperial em Oxford: um choque não só entre a História Imperial e o começo da História Regionalista, mas também entre gerações, como aponta Winks (2007, p. 24). O advento da era do *Area Studies* tem como marco o aparecimento em 1960 da revista *Journal of African History* cujos fundadores são os que outrora foram chamados neste artigo de historiadores africanistas, nomeadamente Oliver e Fage (WINKS, 2007, p. 38-39).

Dike é designado, na obra de Winks, ao lado de diversos outros historiadores regionalistas de diferentes nacionalidades que escreveram depois de 1955 (WINKS, 2007, p. 456). Desde o enfoque de Winks, a distinção entre historiografia africana (inscrita entre as ademais historiografias das ex-colônias britânicas) e a historiografia imperial revela-se em uma abordagem localista que perde o quadro global representado pelo Império. Aqui reside a novidade no contexto da explicação histórica da historiografia africana, desde Winks, embora não seja uma exclusividade da mesma, aplicando-se a todas as historiografias do império que procuram escapar a centralidade metropolitana.

– O engajamento

Pode a historiografia africana (feita por africanos) desempenhar um papel social específico, sem que esteja compreendido pela própria historiografia da África como um todo? Ki-Zerbo parece responder esta questão de forma afirmativa:

De fato, a História da África não será escrita somente pelo frenesi da reivindicação. Menos ainda, será deixada aos diletantes sem simpatia, desejosos simplesmente pela melhor hipótese para entreter o ócio dos cidadãos de seus países superdesenvolvidos... Não vamos dar conselhos sobre como interpretar a história de Cromwell, Napoleão, Washington ou qualquer outro. Não ouviremos vocês nos indicando a maneira sobre como interpretar a história de Sundryata. (TRADUÇÃO NOSSA).²³

Nesse pequeno trecho, resume-se algumas finalidades que a história da África enquanto produto cultural acabou assumindo ao longo do tempo para africanos e não africanos. Mas logo na parte derradeira, estabelece-se uma linha, na qual o passado aparece como propriedade de um “nós” nacional/continental. Não se trata do passado, simplesmente, mas do tempo (passado, presente, futuro) e sua interpretação que devem ser tomados: uma finalidade do ideal da independência, o africano como senhor do próprio destino.

Posteriormente, Ki-Zerbo, menos otimista talvez, assinala uma finalidade terapêutica a historiografia da África. Nesse sentido, “da mesma forma que a reconstituição do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente africano é histórica” (KIZERBO, 2010, p. xxxiii). Aqui não se trata de uma função específica da historiografia africana, poderíamos imaginar que a historiografia africanista também poderia participar desse projeto, mas sim, uma função que remeteria, predominantemente, aos africanos diante do trauma da colonização.

Castiano (2010) observa que o primeiro gênero de escrita de si do atlântico negro, as narrativas de ex-escravos, imprimiu um significado especial ao movimento abolicionista. De fato, no contexto estadunidense, parte dos abolicionistas brancos começaram a demandar a inclusão em suas “manifestações anti-escravagistas, [d]os próprios escravos e ex-escravos ‘fugidos’” (CASTIANO, 2010, p. 27). Concomitantemente, houve um: “[...] esforço teórico [dos homens e mulheres escravizadas] em serem *sujeitos* na elaboração de um discurso cuja legitimação provinha da pretensa autenticidade original de pessoas sofredoras.” (Grifo do autor, CASTIANO, 2010, p. 27).

Esses discursos (orais ou escritos) se estruturavam, geralmente, em três momentos: “começa-se por descrever as atrocidades da escravatura, logo descreve-se a ‘longa e heróica marcha’ da fuga dos escravos para a liberdade e, finalmente, explica-se a natural aderência e

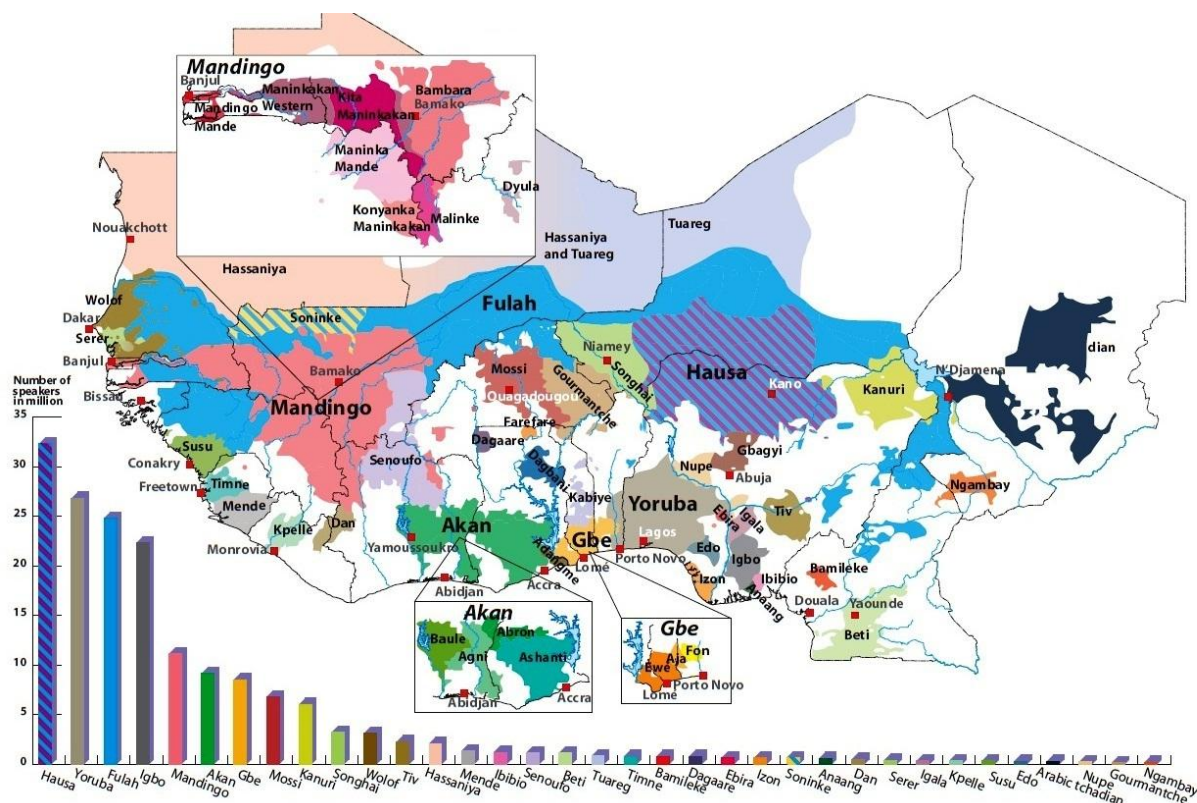
²³ L'Histoire de l'Afrique ne sera pas écrite réellement par des frenétiques de la revendication. Elle le sera moins par des dillétantes sans sympathie, désireux simplement dans la meilleure hypothèse de meubler leurs loisirs de citoyens de pays surdéveloppés... Nous ne vous donons [donnons] pas de conseils sur la façon d'interpréter l'histoire de Cromwell, de Napoléon, de Washington ou de quiconque. Nous n'entendons pas que vous nous en donniez sur la façon d'interpréter l'histoire de Sundryata (KI-ZERBO, 1978 apud LOPES, 1995, p. 26).

dedicação aos princípios e objetivos do abolicionismo” (CASTIANO, 2010, p. 31). Com o tempo, cada vez mais, as mulheres e os homens escravizados se viram na obrigação de tomar para si a tarefa de relatar o trauma da escravidão, sob o risco de “sua condição de existência social e política” ser banalizada (CASTIANO, 2010, p. 30-31). Deste modo, do efeito retórico inicialmente pretendido pelos abolicionistas brancos de conferir “credibilidade” e autenticidade” a causa antiescravagista diante de um público predominantemente branco, surge o primeiro referencial narrativo de subjetivação de homens e mulheres negras na diáspora estadunidense (CASTIANO, 2010, p. 29). Ou nas palavras de Castiano: “de um esforço de objectivação passou-se para um esforço de subjetivação da condição material e intelectual dos afro-americanos” (2010, p. 31).

Posto isso, traçamos a seguinte analogia: o abolicionismo está para a historiografia da África, assim como a narrativa dos ex-escravos está para as obras dos primeiros historiadores africanos. Como consequência, os historiadores acadêmicos do Continente emprestam credibilidade e autenticidade a (sub-) disciplina. De sorte que desde o aparecimento de *Trade and Politics e L’Afrique Noire Precolonial* a opinião desses se tornou incontornável para a produção de conhecimento nesse campo de saber. Exemplos marcantes são as duas obras de referências sobre a história da África em multivolume, a já citada HGA (primeiro volume publicado, vol. 1 e 2, 1981 e último, vol. 8, 1993) e *The Cambridge History of Africa*, também em 8 volumes (o primeiro volume publicado, vol. 4, 1975 e o último, vol. 7, 1986), essa última tendencialmente africanista, não se exime em ter no seu quadro de autores historiadores africanos.

SEGUNDA PARTE

Línguas oeste-africanas faladas por mais de um milhão de
pessoas em 2005



Fonte: BOSSARD, 2009, p.59.

a) Da biografia ao trabalho com a tradição viva

Dike²⁴ nasceu em 1917 em Awka no sudoeste da Nigéria, em uma região predominantemente igbo (também grafado como ibo) falante. Enquanto, Cheikh Anta,²⁵ oriundo de uma comunidade, na região de Diourbel no Senegal, de predomínio wolof (também grafado como walaf) falante, nasce em 1923.

No período pré-colonial, Awka era uma região no interior tribal, em situação periférica aos estados do Delta, possui uma importância menor no escopo de *Trade and Politics* (DIKE, 1966, p. 44). O mesmo pode ser dito em relação à Diourbel correspondente, em geral, ao reino wolof do Baol (também grafado como Bawol) possui uma história quase sempre associada a outro reino wolof, o Cayor: e embora esse último seja um Estado muito referenciado no livro de Cheikh Anta, não pode ser considerado o centro de suas análises

²⁴ As informações bibliográficas de Dike foram encontradas em CHUKU, 2013, p.137-139.

²⁵ As informações bibliográficas de Cheikh Anta foram retiradas de LUMUMBA-KASONGO, 2008. Em língua portuguesa encontrei um artigo no número 44 da revista Ciências e Letras (Porto Alegre) de 2008 de autoria de Alfa Oumar Diallo e Cíntia Santos Diallo intitulado Vida e obra de Cheikh Anta Diop. Existe aí, uma extensa citação, ou melhor, tradução, de um artigo escrito para o jornal Le monde diplomatique por Fabrice Herviey Wané de janeiro de 1998, chamado *Cheikh Anta Diop, restaurateur de la conscience noire*. O problema é que não há nenhuma referência no texto ou na bibliografia do primeiro artigo em relação a esse último.

(DIOP, 1987, p. 50, p. 52 e p. 119). Isso aponta para a promoção de outro tipo de pertencimento, se se assume que estes historiadores são *insiders*.

Não obstante, existe outro aspecto que quero destacar a respeito da origem desses historiadores: a relação que isso pode ter com o uso de fontes internas. As fontes orais em Dike e Cheikh Anta têm um espaço tímido se comparado ao espaço das fontes escritas nas mesmas obras. Isso era de se esperar uma vez que *De la Tradition Orale* de Vasina ainda não existia e os projetos de coleta de fontes orais de maior amplitude eram incipientes²⁶ (KAPTEIJNS, 1977, p. 39). Apesar disso, é possível notar em ambos um esforço de dar os primeiros passos nessa direção.

Dike frequentemente ao usar o recurso de fontes orais introduz as expressões do tipo “*according to tradition*” (de acordo com a tradição) ou “*tribal memory*” (memória tribal), ou algo muito semelhante, como “*people say*” (o povo diz), e raramente faz uso do relato individual. Trata-se de dizeres: como *Ndi Igbo Echi Eze*²⁷, ou *Ndi Mili Nnu*²⁸, ou *Joo Joo na Ubani*²⁹, e muitos outros, ditos dos igbos tribais. Enquanto em Cheikh Anta ocorre o inverso, o autor agrega testemunhas a suas explicações históricas: como é o caso de Fodé Diouf, chefe tradicional da província do Saloum³⁰ e de Cheikh M’Backé, um importante intelectual mouridista³¹. Acresce-se a essa lista, os próprios parentes do autor, como sua bisavó materna (a qual o autor não cita o nome)³², e seu tio, Mahtar Lô³³.

O que está em jogo na produção dessas fontes locais (orais ou escritas)? Para retomar Flint: isso representaria algo próprio do *insider*, ou seja, o que ele traz de *intuição e entendimento de sua própria cultura*. É o que faz, no trabalho de campo, ser dispensável a presença de intermediários. Todavia, essas fontes não estão mortas, à guisa de vestígios de algo que passou, constituem tradições históricas vivas. Assim, é lícito partir, a esta altura, para a análise do espaço em que essas se formaram, o que inclui um exame da própria trajetória sócio-espacial dos autores, sua formação enquanto *insiders*.

²⁶Nesse sentido foi de grande importância, o processo de coleta de fontes em África, em especial as fontes orais, organizados no projeto da HGA, entre os anos de 1965 e 1969 (BARBOSA, 2012, p. 22).

²⁷“Os igbo não tem reis”, um provérbio (DIKE, 1966, p. 26).

²⁸“O povo da água salgada”, como eram conhecidos os ijo (DIKE, 1966, p. 30).

²⁹Como ficou conhecido Jaja de Opobo.

³⁰Que discorre sobre a dinastia cayoriana, *Guelewar* (na HGA, *gelowar*), e sua origem mandinga (DIOP, 1987, p. 62).

³¹Que discorre sobre a educação nas escolas corânicas (DIOP, 1987, p. 172).

³²Consultada sobre a guerra entre Ahmadou Cheikhou e Lat Dior (DIOP, 1987, p. 160).

³³Citado por ter um pensamento que ilustra o cheferism (DIOP, 1987, p. 162).

b) A cultura histórica oral e escrita oeste-africana: a memória das cidades atlânticas e a *hinterland*

Boubacar Barry (2000) analisa as tradições históricas da Senegâmbia³⁴ como discursos de legitimação do poder, e, portanto, historicizáveis. Desse modo, os *griots* e os *escritores-dotarikhs* são compreendidos no interior de processos históricos da região, como a constituição do império Mali, o aparecimento do regime Denaynke e o estabelecimento de teocracias muçumanas. Nesse contexto, o conhecimento sobre o passado não pode ser separado do mito ou do espiritual que por sua vez cerca a personagem do “pai fundador”: o arquétipo que dá sentido a organização social (BARRY, 2000, p. 8). Como é caso de Sundjata Keita para o Império Mali, os príncipes ceddo do Fuuta Toro, e os diversos marabutos pós-revolução muçulmana. Três narrativas-modelos são aí observadas: “a epopéia de Sundjata”, “o herói que simboliza o povo ao nascer e seu destino até a morte”; a “gesta ceddo”, o senhor da guerra que “simboliza [...] a violência na vida política” e os “tarikhs” que lembram “o ascetismo” e “a piedade dos líderes religiosos” muçumanos (BARRY, 2000, p. 9-10 e p. 12).

Essa importância dada às origens não significa que a tradição não ofereça explicações para as mudanças ocorridas depois da fundação dessas estruturas político-sociais: “as grandes rupturas são ideologicamente levadas em conta como tentativa de criação de um novo mito fundador” (BARRY, 2000, p. 11). A grande ruptura na Senegâmbia pré-colonial veio com a islamização e o advento de regimes teocráticos baseados na *shari’a* que ensejou “diferentes formas de ocultação ou interpretação do passado” (BARRY, 2000, p. 11). Assim, as tradições muçulmanas tenderam a esquecer o passado pagão e a remontar os fundadores de suas teocracias aos companheiros do Profeta (BARRY, 2000, p. 13)³⁵. Há a passagem da oralidade para escrita, com os *tarikhs* que são testemunhos diretos acompanhados de respectiva interpretação, e com isso os letrados muçulmanos rompem o monopólio *griots* sobre a história no contexto da Senegâmbia (BARRY, 2000, p. 14). Contudo, a tradição oral, e consequentemente, os *griots* continuam a ser preponderantes “na maior parte das sociedades senegambianas, que ficaram refratárias à islamização até o século XIX com o movimento de Cheikh Umar Tall” (BARRY, 2000, p. 14).

³⁴ Aqui não se trata da Confederação da Senegâmbia, mas uma região histórico-geográfica cujo território cobre a bacia do rio Senegal e Gâmbia e compreende as áreas do país do Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e partes da Mauritânia, Mali e Guiné Conakry (BARRY, 1988, p. xi.).

³⁵ A isso Cheikh Anta dará o nome de “cheferism”, que vem de *cherif* e quer dizer descendente do profeta (DIOP, 1987, p. 177).

Por outro lado, nas áreas de predomínio igbo falante no sul da Nigéria, em geral, não existiu a figura de *griots* (HARNEIT-SIEVERS, 2006, p. 20). De fato, as narrativas históricas orais ficavam a cargo dos mais velhos que eram considerados conhecedores, todavia não possuíam o status “oficial” de especialistas, como é o caso da citada casta na região histórico-cultural da Senegâmbia (HARNEIT-SIEVERS, 2006, p. 20). Tais narrativas possuíam uma forma de exposição mítica, discorriam sobre as origens e as migrações, não obstante vinculadas aos eventos mais importantes do passado recente de cada aldeia. Não incluíam, por exemplo, genealogias reais, pois, as instituições, as quais estavam ligadas, eram geralmente: a família, a linhagem ou o clã, o que dá um caráter de menor profundidade no tempo a essas narrativas (HARNEIT-SIEVERS, 2006, p. 20).

As relações com a Europa desde o século XIV, mas, sobretudo a partir do século XIX, gerou novas formas de se relacionar com o passado em várias regiões da África Ocidental. Há um novo impulso para fixação da tradição oral desde as línguas ocidentais. Todavia, o mais importante foi à formação de um novo espaço para história das sociedades africanas nas cidades comerciais da Libéria, Serra Leoa, Costa do Ouro e Baía do Benin (Sul da Nigéria) e posteriormente nas *quatro comunas*, Saint-Louis, Rufisque, Dacar e Gorée na Costa da Guiné (Veja: KAPTEIKNS, 1977, p. 7; BARRY, 2000, p. 19). É o lugar da história atlântica para usar um termo empregado pelo próprio Dike (1966, p. 20).

Nesse contexto, destacam-se James Africanus Beale Horton, C. C. Reindof e Samuel Johnson pertencentes à classe média cristianizada no âmbito da influência anglófona e, Yoro Diaw e Amadu Duguay Clédor, saídos da escola de reféns³⁶ nas zonas de influência francófona. Esses dois grupos compartilhavam o interesse de conciliar o passado europeu com o passado africano, ao passo que, podem ser associados a um nacionalismo nascente (KAPTEIKNS, 1977, p. 7; BARRY, 2000, p. 18). Com o tempo, na Senegâmbia, operou-se um distanciamento entre a memória dos originários das quatro comunas e o mundo das comunidades camponesas, relata Barry (2000, p. 20). O mesmo ocorreu com as elites africanas no contexto do enfrentamento ao governo colonial britânico que, centralizadas nas cidades, perderam acesso a memória das *hinterlands* e, com isso, sua escrita histórica “se converteu em uma busca das raízes do nacionalismo; e valores foram infundidos em um passado, que quase nunca existira ali”³⁷. Diante dessa cisão, entre uma história atlântica e uma

³⁶Instituição criada pela Administração Colonial francesa para ganhar os “filhos de chefe” para a obra francesa (BARRY, 2000, p. 15).

³⁷“became a self-conscious search for the roots of Nationalism; and values were injected into the past which hardly ever existed there” (NWAUBANI, 2000, p.237).

história do mundo camponês na África Ocidental com o advento da colonização ao final do século XIX, onde se poderia inscrever a escrita histórica de Cheikh Anta e Dike da década 1950?

Sabe-se que o avô de Onwuka Dike, Dike Nwancho, foi um comerciante e um dos líderes políticos de Awka que acolheram os primeiros missionários cristãos no final do século XIX. Com o estabelecimento da administração europeia, esse se tornou um *warrant chief* (na HGA, “chefe designado”) na cidade vizinha de Onitsha. Já, Cheikh Anta era de uma eminente família, ligada à agricultura de exportação do amendoim, pertencente à confraria (*tariqat*) mulçumana sufi Muridiyya cuja fundação é atribuída ao marabuto, Ahmadou Bamba.

Antes de ir para Europa, Dike estudou nas escolas cristãs, *Dennis Memorial Grammar School* em Onitsha, depois no *Achimota College* na Costa do Ouro (atual Gana) e no *Fourah Bay College* em Serra Leoa. Por sua vez, Cheikh Anta estudou em escolas corânicas da região de Diourbel e em escolas coloniais localizadas em duas das quatro comunas, a saber: os *lycées* de Saint Louis e de Dacar.

Portanto, os dois historiadores em suas respectivas formações entraram em contato tanto com os centros urbanos coloniais, quanto com o interior camponês da África Ocidental. O mundo camponês é predominante nas fontes orais nativas que aparecem em suas obras. Mas, seria precipitado afirmar que *Trade and Politics* e *L’Afrique Noire Précolonial* enfocam as comunidades camponesas em suas análises históricas. É o que veremos a seguir.

c) Entre os Estados e as comunidades³⁸

“Destribalização” (*détribalisation*) é o termo usado por Cheikh Anta para designar a passagem do sistema de clã, (*organisation clanique*) no qual predomina a tribo³⁹, uma divisão de trabalho rudimentar, a vida rural, a pequena densidade demográfica, a economia de troca ou subsistência e uma tendência ao coletivismo para o sistema de castas que por sua vez está articulado à forma de governo monárquica, à especialização do trabalho, à vida urbana, à grande densidade demográfica, ao comércio e uma tendência ao

³⁸ Alusão ao título da obra de Mamadou Diouf “Historians and histories, what for?: African historiography between the State and the Communities.

³⁹ Em Cheikh Anta, o significado de tribo está relacionado a um aparelho político e repressivo menos efetivo, em contraposição a regimes políticos avançados como a monarquia ou república (veja: DIOP, 1987, p. 16 e 76).

individualismo. Um indício de destribalização destacado pelo autor foi a reconfiguração do antropônimo:

[...] Um fato que não tem sido suficientemente enfatizado é que o indivíduo tem um primeiro nome, mas não um nome de família, antes da ruptura do clã. Até aquele momento, leva o nome do clã, mas coletivamente, isso quer dizer que a cada vez que perguntássemos seu nome, ele sempre responderia que é do clã Ba-Pende, Ba-Oulé, Ba-Kongo, etc. : ele foi um membro de uma comunidade, e somente a dispersão pôde lhe proporcionar uma existência individual, como também um nome de família que permanece como uma espécie de memória do nome do clã. Isso é uma das razões pela qual falo sempre de nomes totêmicos.⁴⁰

Em outras palavras, o antropônimo no sistema de clã é sempre um nome coletivo totêmico (*noms totémiques*); na transição para o sistema de castas, torna-se um nome individual (*nom propre personal*) conjugado a um nome de família que por seu turno é um resíduo do estágio anterior (*comme une sorte de souvenir, celui même du clan*). Esse recurso à antroponímia justifica-se na obra de Cheikh Anta por ser uma chave para a tese do matriarcado e na explicação da origem de diversos povos na África, todavia esses assuntos não serão tratados neste artigo.

Na caracterização que Dike oferece sobre as sociedades do delta do Níger, a partir do conceito de cidade-estado, a noção de sociedade destribalizada também pôde ser verificada. Com efeito, o historiador nigeriano afirma:

O termo “cidade-estado” como é aplicado às comunidades do delta abrange não só os assentamentos na região costeira, mas também suas extensões (por meio de entrepostos comerciais) no interior. Isto está em concordância com a ideia grega de cidade que significa uma comunidade de pessoas mais do que uma área territorial; pois ainda que separadas politicamente, as colônias comerciais do delta estavam indissolivelmente unidas por fortes laços econômicos. Ademais, “cidade-estado” é uma denominação mais apropriada que “estado-tribal”, uma vez que o período das migrações e do tráfico de escravos desorganizou as entidades tribais e acentuou a mistura entre os povos da região. No século XIX, por tanto, os estados do Delta foram agrupadas não por considerações de parentesco, mas por contiguidade, assim no período sob investigação, cidadania veio cada vez menos da descendência do que da residência (TRADUÇÃO MINHA).⁴¹

[...] Un fait sur lequel on n'insiste pas suffisamment est que l'individu a un prénom, mais non un nom propre personnel, avant la dislocation du clan. Jusque là il porte le nom du clan, mais à titre collectif, c'est-à-dire que chaque fois qu'on lui demandera son nom, il répondra toujours qu'il est du clan Ba-Pende, Ba-Oulé, Ba-Kongo, etc. : il est le ressortissant d'une communauté dont la dispersion seule peut lui conférer, en même temps qu'une existence individuelle, un nom propre qui reste alors, comme une sorte de souvenir, celui même du clan. C'est aussi une de raisons pour lesquelles nous parlons toujours de noms totémiques (DIOP, 1987, p. 17).

⁴¹ The term 'city-state' as applied to the Delta communities embraces not only the settlements on the coast but also their extensions (by way of trading posts) in the interior. This is in line with the Greek idea of city which means a community of people rather than an area of territory; for although the Delta trading colonies were all outside her political boundaries, they were indissolubly bound by strong economic ties. Moreover 'city-state' is a more appropriate designation than 'tribal-state', since the period of migrations disorganized the tribal entities and the slave trade further accentuated the mingling of peoples. In the nineteenth century, therefore, the Delta states were grouped not by considerations of kinship but by contiguity, and in the period under survey citizenship came increasingly to depend not on descent but on residence (DIKE, 1966, p.31).

Acresce-se que as sociedades do delta organizaram-se em monarquias ou repúblicas (DIKE, 1966, p. 31) e em “sistema de casa” (*House System*)⁴², essa última funcionava ao mesmo tempo como uma cooperativa comercial e uma instituição do governo local comandada por um chefe (*House Head*); a hierarquia aí existente entre homens livres e escravos era determinada não pelo parentesco, mas por interesses comuns e necessidades econômicas (DIKE, 1966, p. 35). Portanto, essa caracterização das sociedades do delta que recorre a aspectos como: o comércio, a mestiçagem (cultural e biológica), as relações sociais orientadas para além do parentesco (ou dos laços tribais) no interior do *House System* sob uma forma de governo monárquica ou republicana coincidem em linhas gerais com a sociedade destribilizada de Cheikh Anta. Como as sociedades destribilizadas e as sociedades tribais se relacionam no tempo?

d) As novas temporalidades

Para responder a essa pergunta, buscou-se o significado do termo “tribo”, com isso pode-se constatar uma diferença de perspectiva quanto ao tempo histórico nas duas obras. Com efeito, Cheikh Anta vê a tribo como um estágio social primitivo (1987, p. 75). Posição essa, não sustentada por Dike, pelo contrário, o historiador nigeriano critica esse tipo de opinião, como se pode observar a seguir:

A organização social das tribos do sudeste do Níger [...] foi, frequentemente, descrita como carente de coesão e menos avançadas na escala de organização política, especialmente em comparação com as monarquias altamente centralizadas e os estados de padrão ocidental. Não há, na verdade, base científica para tal comparação, como etnógrafos modernos tem enfatizado repetidamente. Não existe critério universal para uma comparação desse gênero, e como o professor M. J. Herskovits disse “estudiosos que desenharam comparações dessa natureza estão meramente reagindo ao seu próprio condicionamento que lhes deu uma predisposição a favorecer seus próprios costumes e colocar culturas diferentes em níveis considerados menos avançados. Nas palavras enfáticas de Piddington, ‘Nenhuma comunidade humana é inferior, anterior ou mais antiga do qualquer outra. Todas representam adaptações humanas altamente especializadas, o produto de milênios de vida cultural tradicionalizada’ (TRADUÇÃO NOSSA).⁴³

⁴²A definição encontrada na HGA sobre *House System* é de um sistema administrativo, baseado em unidades políticas (casa) de caráter familiar cujo critério de promoção facilitava o recrutamento de novos membros, escravos ou refugiados (ALAGOA, ELANGO, N’NAH, 2010, p. 850).

⁴³ The social organization of the tribes south-east of the Niger [...] has often been described as lacking in cohesion and as being low in the scale of political organization, especially when compared to the highly centralized monarchies and states of the Western pattern. There is really no scientific basis for such comparison, as modern ethnographers have repeatedly emphasized. No universal criteria for comparisons of this sort exist, and as Professor M. J. Herskovits has said ‘scholars drawing comparisons of this nature have merely re-acted to their own conditioning which has given them a predisposition to favour their own customs and to place differing cultures on levels which are deemed less advanced’. In the emphatic words of Piddington, ‘No human

Nesse trecho, há a referência ao antropólogo (cultural) americano Melville J. Herskovits e seu livro de 1941, *The Myth of the Negro Past*, e ao antropólogo (funcionalista) neozelandês Ralph Piddington via obra de arqueologia de V. Gordon Childe intitulada *Social Evolution* publicado em 1951. É na companhia desses autores que Dike elabora seu argumento anti-evolucionismo que consiste nas seguintes premissas: a perspectiva evolucionista implica em uma abordagem comparativa etnocêntrica, pois é impossível hierarquizar experiências históricas, devido à simultaneidade das culturas humanas no mundo e diferentes formas de adaptação.

Já a posição de Cheikh Anta dialoga com a antropologia em Marx e Engels que se encontra em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado* de Engels cuja tradução completa já existia em francês desde 1893⁴⁴. Nesse sentido, existem várias correspondências conceituais entre esses dois trabalhos: a organização de gens e a organização de clãs; nomes de animais para distinguir cada gens e nomes totêmicos para identificar cada clã e a divisão do trabalho e a passagem para a sociedade de classe, e, a divisão do trabalho e a passagem para sociedade de casta. Finalmente, é a universalização desses conceitos, aceita em Engels, que sustenta a proposta de Cheikh Anta. No prefácio de sua obra, Cheikh Anta ataca uma forma de se fazer história da África que é por sua vez excessivamente factual. Essa forma não permite uma compreensão da totalidade histórica africana, embora para tanto não existissem carências de documentação (pelo menos no que diz respeito à África Ocidental em um período de cerca de dois mil anos, segundo o próprio historiador senegalês). Com isso, procurou-se evidenciar a estrutura do desenvolvimento histórico africano, a partir de sua especificidade (*évolution divergente*) apreendida na comparação com outras sociedades no mundo ao longo do tempo, nomeadamente a europeia, da antiguidade à modernidade. Nesse

community is any lower, earlier, or more ancient than any other. All represent highly specialized human adaptations, the product of millennia of traditionalized cultural life (DIKE, 1966, p. 43).

⁴⁴Embora conste na bibliografia da obra de Cheikh Anta apenas *O Capital* (Le Capital), livro I, tomo III, a parte todas as semelhanças já apresentadas, outra evidência me levou a obra escrita por Engels, a saber, uma citação indiretamente encontrada em Cheikh Anta. Compare: “La victoire était d’autant plus méritoire que les Soudanais vainqueurs ne disposaient que d’arcs et de fleches alors que les Anglo-Égyptiens étaient munis des armes à feu les plus modernes de leur époque. L’Occident fut stupéfait devant cet événement qui arracha un cri d’admiration à Engels.” (DIOP, 1987, p. 160); e em Engels (19--?, p. 128): “Recentemente, vimos em África exemplos dessa intrepidez. Os cafres da Zululândia, há alguns anos, e os núbios, há poucos meses (duas tribos entre as quais ainda não se extinguíram as instituições gentílicas), fizeram o que não saberia fazer nenhuma tropa européia. Armados apenas com lanças e dardos, sem armas de fogo e sob a chuva de balas das espingardas de repetição da infantaria inglesa (reconhecida como a primeira do mundo no combate em formação cerrada), lançaram-se sobre as suas baionetas, semearam por várias vezes o pânico no meio dela e acabaram por derrotá-la, apesar da colossal desproporção de armas e de os nativos não terem nada semelhante ao serviço militar nem saberem sequer o que são exercícios militares”.

contexto, a tribo aparece como um estágio comum no desenvolvimento de Europa e África relacionado à barbárie, assim como a sua desorganização que leva ao estágio da civilização, também é comum entre as sociedades dos dois continentes: todavia, neste ponto, a evolução social na Europa e a evolução social na África tomam caminhos diferentes. Sob condições históricas e econômicas determinadas, surgiu no continente europeu o feudalismo e depois uma civilização industrial. Esse fenômeno, por sua vez, não deve ser explicado, por algo correspondente a um gênio racial (*génie racial*), mas, grosso modo, pela estrutura social historicamente criada pelas diferentes raças (1987, p. 24). Assim, Cheikh Anta constata que o sistema de casta negro-africano é mais equilibrado do que o sistema de classes ariano-europeu e por isso tende a inércia, ou melhor, a estabilidade: esse é o fator chave para entender a evolução divergente entre a África negra e a Europa ariana.

Considerações Finais

Em todo artigo procuramos estabelecer o sentido da especificidade da historiografia africana, a partir do escopo delimitado, a década de 1950. O caminho seguido, nos fez deslocar da materialidade à intencionalidade, da militância à formação, do gabinete ao campo. Na primeira parte, a despeito da importância da institucionalização e profissionalização da história da África, foi proposto deslocar os historiadores considerados desse locus de enunciação, para compreendê-los no mundo no qual eles habitavam: isso significa acentuar outras relações sociais que contextualizam a produção e reprodução do conhecimento constituído em suas obras

Nesse sentido, em Londres e Paris, foram identificados encontros com intelectuais da diáspora: onde se observam a criação de instituições, a realização de eventos, o intercâmbio de ideias e a mobilização política. Procuramos introduzir as tradições históricas africanas anteriores à década de 1950: compreendidas não em comparação com a história acadêmica, mas na cultura política em que elas foram engendradas. A África Ocidental é um mosaico, no qual pudemos notar distinções entre a cultura histórica nas estruturas políticas centralizadas da Senegâmbia, em contraposição as organizações sociais *contra* o estado na região de predominância igbo falante, as mudanças trazidas pelo advento do Islã, e como a memória coletiva foi ressignificada nos enclaves atlânticos, com o progressivo distanciamento da história contada no interior.

Com isso, as fontes locais utilizadas na produção historiográficas de Dike e Cheikh Anta puderam ser situadas. O cruzamento dessas com a trajetória sócio-espacial dos dois historiadores permitiu identificar os limites da ideia de *insider*. Assim, nos afastamos de uma hipótese “unanimismo”⁴⁵ para definir a especificidade da historiografia africana. Também, é inegável que as obras podem ser analisadas a partir da dupla dimensão do internalismo africano: ideológica e científica. Nesse contexto, a opção por uma história “estadocentrada”⁴⁶ trouxe consigo o problema da temporalidade moderna, no qual se depreendeu duas saídas, abandonar as teses evolucionistas ou aderir a ideia de evoluções divergentes.

Finalmente, ampliação da comunidade internacional de profissionais em história, com o ingresso de homens e mulheres das ex-colônias implica em graus diferentes de homogeneidade e heterogeneidade. É nosso dever (com a vênua para o tom moralizante), enquanto intelectualidade periférica⁴⁷, a reflexão crítica para superarmos a mera condição de convidados no Ocidente.

Bibliografia

a) Fontes

AJAYI, J. F. Ade. Interview with Prof. J. F. Ade Ajayi. [s.d.]. [s. l.]. PULA: Botswana Journal of African Studies, v. 2, n. 2. Entrevista concedida a Kwesi K. Phah.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

DIOP, Cheikh Anta. *L’afrique noire précoloniale: étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l’Europe et de l’Afrique Noire, de l’Antiquité à formation des États modernes*. Paris: Prèsence Africaine, 1987.

_____. Preface: the meaning of our work. In: _____. *The African Origin of Civilization: myth or reality*. Estados Unidos da América: Lawrence Hill & Co., 1974. p. ix-xii.

_____. *Precolonial Black Africa: a comparative study of the political systems of Europe and Black Africa, from antiquity to the formation of modern states*. EUA: Lawrence Hill & Company, 1987.

DIKE, Kenneth Onwuka. *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885: na introduction to the economic and political history of Nigeria*. Londres: Oxford University Press, 1966.

_____. *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria*. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de:

⁴⁵ Segundo Appiah o termo “unanimismo” foi cunhado pelo filósofo beninense Paulin Hountondji para designar a “visão de que a África é culturalmente homogênea” (1997, p. 48).

⁴⁶ No caso da HGA, a destribalização estaria próximo ao significado de expressões como “formação de sociedades complexas” ou “formação do Estado”. Com efeito, segundo Barbosa, trata-se de: “fenômenos específicos de evolução social que englobariam desenvolvimento tecnológico, adequação ambiental, redes comerciais, ampliação cultural, estratificação e especialização do trabalho” (2012, p. 141).

⁴⁷ Veja: DEVÉS-VALDÉS, 2008, p. 12.

FLINT, J. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria by K. Onwuka Dike. *The Journal of Economic History*, v. 19, n. 3, p. 439-440, 1959.

_____. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: HORTON, W. R. G. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885. by K. O. Dike. *Man*, v. 56. p. 110-111.

_____. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: HENRI, BRUNSCHWIG. Trade and politics in the Niger delta. An introduction to the economic and political history of Nigeria (1830-1885). *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Ano 13, n.3, 1958. p. 600-601.

_____. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: WATKINS, Mark Hanna. Trade and Politics in the Niger, 1830-1885 by K. Onwuka Dike. *The Journal of Negro History*. v. 41, n. 3, 1956, p. 260-263.

FRANTZ, Fanon. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando África? : entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

HENRI, Moniot. Autour de quelques livres d'histoire africaine [resenha sobre L'Afrique Noire Précolonial]. In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 3, n°9, 1962. pp. 115-138

obras de referência

b) Obras gerais

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da História Regional*. Brasil; Amsterdam: South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS); Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes (UCAM), 2000.

CASTIANO, José P. Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjectivação. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 2010.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. O pensamento Africano Sul-Saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e asiático (um esquema). Rio de Janeiro: CIACSO, 2008.

DIOUF, Mamadou; MBODJ, Mohamad. The Shadow of Cheikh Anta Diop. In: MUDIMBE, V. Y. (E). *The Surreptitious speech: Présence africaine and the politics of otherness*, 1947-1987. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 1992. p. 118-135.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HARNEIT-SIEVERS, Axel. Constructions of belonging: Igbo communities and the Nigerian state in the twentieth century. New York: University of Rochester Press, 2006.

MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton (New Jersey); Chichester (West Sussex): Princenton University Press, 2000.

SERTIMA, Ivan Van (ed.). Great African thinkers: Cheikh Anta Diop. USA: Morehouse College Edition, 1989.

WINKS, Robin W. *The oxford history of the British Empire*: vol. V, Historiography. Oxford: Oxford University Press, 2007.

c) Obras de referência

ALAGOA, Ebiegberi J.. ELANGO, Lovett Z.; N'NAH, Nicolas Metegue. O delta do Níger e Camarões. In: AJAYI, Ade J. F. (E.). *História Geral da África, vol. VI: África do século XIX á década de 1880*. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010. p. 843-874. .

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: _____. *História Geral da África vol. 1: metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p. XXXI – LVII.

MAZRUI, Ali A.; SHARAKIYA, M. Panafricanismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 545-558.

_____; AJAYI, J. F. Ade; BOAHEN, A. Adu; TSHIHANGU, Tshihiku. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: _____. WONDJI, C. (EE). *História Geral da África, vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 761-816.

BOSSARD, Laurent (Ed.). *Regional Atlas on West Africa*. OECD; SWAC, 2009.

d) Artigos e teses

BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África* (UNESCO). 2012. 208 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

MBEMBÉ, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no 1, p. 171-209, 2001.

KAPTEIJNS, Lidwien. *African Historiography written by Africans, 1955-1973: the Nigerian Case*. 1977. 152 f. Tese (doutorado em História) – Afrika-Studiecentrum, Universidade de Amsterdam, Leiden. 1977.

NWAUBANI, Ebere. Kenneth Onwuka Dike, “Trade and Politics”, and the restoration of the African in history. *History in Africa* Vol. 27, p. 229-248, 2000.

e) Sites consultados

Système Universitaire de documentation (Tese: DIOP, Cheik Anta). Disponível em: <http://catalogue.biu.sorbonne.fr/search~S3*frf?/XDiop&searchscope=3&SORT=DX/XDiop&searchscope=3&SORT=DX&extended=0&SUBKEY=Diop/1%2C36%2C36%2CB/frameset&FF=XDiop&searchscope=3&SORT=DX&36%2C36%2C>. Acesso em: 09 set. 2014.

Senate House Libraries, University of London (Tese: DIKE, Onwuka Kenneth). Disponível em:

<<http://193.63.81.241/search~S16?/aDike%2C+Kenneth+Onwuka./adike+kenneth+onwuka/-3%2C-1%2C0%2CB/frameset&FF=adike+k+o&1%2C1%2C>>. Acesso em: 09 set. 2014.

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito: Licenciando, bacharel e mestre em História pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás com interesse e pesquisa na área de história da historiografia africana e teoria e metodologia da história.

Artigo recebido para publicação em: julho de 2017

Artigo aprovado para publicação em: julho de 2017

Como citar:

BRITO, Mario Eugenio Evangelista. Uma leitura desde a diáspora sobre historiografia africana independentista a década de 1950, os casos de K. O. Dike e C. A. Diop. **Revista Transversos**. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”. Rio de Janeiro, n.º. 10, pp.205-235, Ano 04. ago. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.29520

